valores e preconceitos, pois, ele será mediador de temas que envolvem questões sociais e que muitas vezes não são discutidos em sala de aula pela falta de preparo dos professores que preferem não colocar o termo "desigualdade de gênero" em suas aulas.

Dessa forma, o estudo buscou evidenciar por intermédio dos autores citados, o quanto é difícil enxergar políticas públicas voltadas a desigualdade de gênero nas escolas e como ainda é um assunto pouco abordado entre crianças e jovens. Espera-se que a partir dessa breve pesquisa os educadores se envolvam mais nestas questões e busquem formação para diminuir essa desigualdade em todos os espaços da sociedade e não ficando estas, restrito somente a escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB),** de 26 de dezembro de 1996. Disponível em: <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. CADERNOS SECAD. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, MEC/SECAD, 2007, nº4.

CARRARA, Sérgio (org.), et al. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CORRÊA, Sônia; Alves, José Eustáquio Diniz e JANNUZZI Paulo de Martino. **Direitos e saúde sexual e reprodutiva: Marco Teórico-Conceitual e Sistema de Indicadores. In: Saúde no Brasil: conceitos, programas e indicadores**. ABEP, IBGE, UNFPA; 2004.

CRUZ, Lilian Moreira. **Discursos cambiantes sobre corpo, gênero e sexualidade no curso de Pedagogia da Uesb**. Jequié: Uesb, 2014.

DALLARI, de Abreu. **O futuro do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2007.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. Disponível em:https://institutolegado.org/blog/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-integra/?gclid=Cj0KCQjwit_8BRCoARIsAIx3Rj7tXkA_AUOT2wT6K-NqS1p8oc5gvJO_hH0QVTIC-NREJSLej3EL_-0aAsu_EALw_wcB – Acesso em 12 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 42ª edição.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Formação Docente Articulada à Prática Pedagógica Para a Inclusão Efetiva do Aluno com Surdez

Ana Cristina da Silva Souza

RESUMO

Neste artigo verificaremos que a formação de professores do ensino básico na contemporaneidade requer uma leitura atenta e criteriosa dos pensadores da educação, entre os quais podemos citar Paulo Freire, o qual dedicou sua vida a pensar e refletir a prática pedagógica dos educadores. Mencionou-se também a ação educativa diante do aluno com surdez, pois o direito à educação é constitucional e existe a necessidade de um trabalho diversificado para atender a clientela que adentra os portões da escola pública. É de extrema importância para o desenvolvimento do professor em serviço, pois amplia o embasamento didático- pedagógico do educador que necessita deste recurso para desenvolver sua ação com competência.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez; Educação; Formação de professores do Ensino Básico; Teorias do conhecimento; Processo de leitura e escrita.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo ressalta a importância da formação de professores da atualidade para a inclusão efetiva dos alunos com deficiência, em especial aqueles que possuem surdez. Este comprometimento pode ser adquirido em várias circunstâncias da vida cotidiana, como patologias, acidentes ou podem ser congênitas, sendo de inteira responsabilidade dos pais acompanharem o pleno desenvolvimento do seu filho enquanto bebê.

Este trabalho acadêmico buscou respostas para as seguintes questões: qual a importância da obra do autor Paulo Freire para a educação? Como a formação do professor pode ser contextualizada a fim de se conhecer algumas características do educador que atende as demandas da atualidade? Como é a inclusão educacional de um aluno surdo?

Segundo Freire (1999, p. 35), podemos destacar que a ação docente não é neutra, pois "a educação é uma forma de intervenção do mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e; ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento".

O tema foi escolhido pelo fato de ter estudado e pesquisado em graduações anteriores acerca da formação contínua do professor, como forma de se manter atualizado frente aos desafios impostos pela era digital, além de crer

que é fundamental a inclusão do aluno com surdez na universidade, mediante um acompanhamento pedagógico que o faça se desenvolver de forma apropriada.

Assim sendo, este artigo possui o objetivo de salientar a preponderância da formação educacional do professor, pois a unidade de ensino que realmente quer assegurar uma boa qualificação para os alunos, necessita permanentemente reinventar a sua prática pedagógica por intermédio de recursos, materiais, espaços e profissionais que se especializem na aquisição de conhecimentos relevantes ao discente na sociedade atual.

Por fim, este trabalho acadêmico foi elaborado por meio da pesquisa bibliográfica, destacando algumas considerações sobre a importância de Paulo Freire para a educação brasileira, além de reiterar a formação do professor ao viabilizar uma possível articulação entre a teoria e a prática para a consolidação de preceitos educacionais inerentes à inclusão do aluno com surdez. Por conseguinte, através da educação, a comunidade escolar tomará como parâmetro a realização de suas ações, direcionando a sua participação para que o processo educativo possa se efetivar na medida em que todos contribuem de alguma maneira para o bem- estar da escola.

2. A IMPORTÂNCIA DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Em consonância com os escritos, salientamos que Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921, na cidade do Recife, capital do Estado do Pernambuco.

Filho de Joaquim Temístocles Freire, capitão da Polícia Militar do Pernambuco e de Edeltrudes Neves Freire, Dona Tudinha, Paulo teve uma irmã, Stela e dois irmãos, Armando e Temístocles. Nesse sentido, a irmã de Freire, Stela foi docente de escolas da rede estadual do Pernambuco. Seu irmão Armando, foi funcionário público da Prefeitura do Recife, sendo que largou a escola aos 18 anos e não concluiu o curso o antigo segmento ginasial. O outro irmão Temístocles quis servir ao Exército.

A família de Paulo Freire fazia parte da classe média recifense, mas teve de vivenciar a pobreza e a fome na infância durante a crise econômica de 1929, um momento que o fez pensar a respeito dos mais pobres e também o propiciaria a idealizar o seu método de alfabetização. Por isso, empreendeu-se em ensinar os saberes produzidos nos meios mais elitizados da sociedade brasileira aos mais pobres, Paulo Freire acabou se tornando um dos educadores e filósofos da educação brasileira mais conceituados.

Adquiriu muita experiência no Estado do Rio Grande do Norte em 1963, quando na ocasião pode ensinar 300 adultos a ler e a escrever em 45 dias, Paulo Freire propôs uma metodologia inovadora de alfabetizar as pessoas, criado e utilizado inicialmente em Pernambuco. Por conseguinte, o projeto de ação educativa estava atrelado ao nacionalismo do século XX do governo do presidente João Goulart.

Ele também integrou o Partido dos Trabalhadores, sido eleito como Presidente da 1ª Diretoria Executiva da Fundação Wilson Pinheiro, pois foi a fundação de apoio partidária instituída pelo PT no ano de 1981 e por fim, trabalhou como Secretário de Educação da Prefeitura de São Paulo na gestão da ex-prefeita de Luiza Erundina (1989-1992).

A partir deste momento, Freire desenvolveu várias obras que lhe causou grande sucesso e fama, entre eles destacamos a Pedagogia do Oprimido, com ideias atreladas à aprendizagem significativa e eficaz das pessoas mais desfavorecidas da sociedade brasileira, da preponderância da inserção do indivíduo em uma sociedade dividida em classes sociais e aquele que detém os instrumentos necessários à inclusão social adquire saberes que não lhe permitirão ser oprimido e manipulado. Neste ensejo, (Matuí, 1995, p. 41) "reconhece que a escola como organização social, localizada no tempo e espaço, deve desempenhar junto à comunidade a função social de transformação e autossuperação".

Podemos citar a questão da aprendizagem da norma culta da linguagem, que foi foco da análise freireana, visto que se desvelava em aspectos de falta de entendimento e submissão do pobre às vontades do mais favorecido economicamente. Como se pode ver, poucas pessoas tinham oportunidade de estudar e aprender os conteúdos inerentes às classes dominantes do Brasil, mas, mesmo assim, quem não tivesse a mesma oportunidade, continuaria falando sua língua materna do jeito que aprendeu em casa, com a família.

Por isso, é tão importante permitir a todos os falantes o acesso e à norma padrão. Já dizia ele, (Freire, 2006, p. 45) "que ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre".

Freire, dizia que a instituição de ensino deve respeitar a cultura que o aluno traz de casa e esse conhecimento permitirá que a pessoa escolha a variedade ou o estilo que quer usar num dado contexto, numa dada situação, pois o falante culto é como alguém que tem um guarda-roupa com uma grande quantidade de roupas, dos mais variados estilos, e na hora de se vestir irá escolher a que for mais apropriada para a ocasião, já o falante menos culto tem um guarda-roupa pobre, com duas ou três peças que ele tem para usar o tempo todo em todas as situações do dia a dia.

A instituição de ensino obtém, assim, por meio de uma fragilização dos indivíduos, uma consolidação da sociedade. Com o tempo, a reforma que se pretendia democrática e progressista revelou-se desigual e conservadora, embora muitos estudiosos e autores teimem em dizer que tal reforma possa trazer uma melhoria para a qualidade de ensino em nosso país e há de se pensar se a escola contribui efetivamente com a formação discente.

Indiscutivelmente, de acordo com as ideias abordadas pelo autor acima, a norma-padrão da linguagem é importante para a aquisição de habilidades relacionadas à escrita e à fala adequadas às situações comunicacionais do dia a dia. Assim, se não tratarem às desigualdades no próprio processo de ensino, ao que acontece em sala de aula, as medidas de democratização não atingirão os seus objetivos. É fundamental uma tomada de consciência: percebe-se que em última instância, a luta contra a desigualdade deve ser levada ao nível do próprio ensino.

Essa desigualdade diante da mesma instituição de ensino é um fenômeno recente, ligado à unificação do sistema educativo. Sua importância social não se afirmou de saída: foi preciso tomar consciência do peso do êxito e dos diplomas não somente para aqueles que se destinam aos empregos intelectuais, mas para quase todo mundo.

Desde o momento em que os saberes e os diplomas tornaram-se questões em escala de gerações inteiras, parece "anormal", injusto que alguns fracassassem na instituição de ensino, enquanto outros, êxito, e mais injusto ainda, que essa desigualdade de chances estivesse fortemente ligada ao fato de pertencer a uma classe social, a um grupo étnico ou a uma região.

Entre muitas idas e vindas, envolvimento na política do Brasil, participação nas campanhas a favor da liberdade de expressão e várias outras funções em que Freire atuou, morre de um ataque cardíaco em 2 de maio de 1997, seu corpo foi velado na Biblioteca Municipal de São Paulo e sepultado no Cemitério da Consolação. Porém, a sua obra continua viva na literatura pedagógica brasileira.

Ressaltamos neste primeiro capítulo, a vida e obra de Paulo Freire, em conformidade com os preceitos de uma qualificação profissional e social, que muito contribuiu com um resumo importante a respeito da vida do grande autor, visando também a importância dos seus trabalhos dentro da educação e a contribuição de Freire para as questões inerentes ao ato educativo transformador e que valorizasse a realidade cultural do aluno. É importante destacar a figura e personalidade marcante deste educador e Secretário da Educação da Cidade de São Paulo.

Conhecer a história desse grande homem nos faz compreender melhor os rumos da nossa própria história, pois Paulo Freire também participou da política do Brasil, durante o período da Ditadura Militar.

Com estilo único, Freire criou caminhos para analisar a educação brasileira, pensava na consciência das gerações futuras, mobilizou projetos que favoreceram a cultura, a educação e o cenário político do Brasil. A importância de Freire na literatura pedagógica brasileira destaca-se através do favorecimento que ele propôs à unidade educacional: o acesso à cultura e a realidade do aluno, devido a abordagem que o escritor usa nos temas de cunho educativo e acaba fazendo com que o estudante se torne consciente através das ações político-pedagógicas que o professor adota na sala de aula.

Assim, frisam-se as questões educativas atreladas ao aluno passivo e Freire:

> Os desafios educacionais que as perguntas nos revelaram giravam em torno de opções político-pedagógicas contraditórias: assumir a instituição escolar tal como ela se estruturou desde as revoluções burguesas e ensinar a ler, escrever e contar ou assumir a escola na perspectiva das classes dominadas e ensinar a ler, escrever, contar, ouvir, falar e gritar. (Freire, 2001, p. 13).

Paulo Freire foi um educador que teve grande importância para o desenvolvimento da literatura pedagógica brasileira no século XX, pois nas suas obras mostra um texto de aspecto crítico e consciente da realidade pela qual passava o Brasil na época da ditadura militar com grande valor para cativar o aluno e até mesmo os adultos da MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Voltado para o público discente, seus ideais marcam indissociavelmente a o entendimento da sua situação de oprimido e agir em favor da própria libertação social e cultural.

Nesta perspectiva, precisamos salientar neste trabalho que Freire, como educador, pode ser considerado um dos grandes pensadores da educação brasileira, destacando-o de sua posição de célebre educador comprometido com as classes populares e elevando-o à categoria de abordagem crítica, proporcionando aos professores contemporâneos uma leitura com ideais que pudessem viabilizar a criticidade dos alunos.

3. CONTEXTUALIZANDO A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

De acordo com Matuí (1995, p. 20) "a formação docente no Brasil sempre foi alvo de questionamentos acerca da eficácia das aulas oferecidas pelas diferentes escolas brasileiras". Sendo assim, existe a necessidade de enfatizar um breve histórico do panorama desta qualificação para a docência no Brasil nos últimos anos, principalmente no que tange às influências de Paulo Freire e sua concepção sociocultural (teoria na qual o homem é o sujeito da educação) no sistema de ensino.

Historicamente, as práticas de formação docente estavam atreladas às ações de leitura e escrita, sendo que abrangiam o domínio de habilidades por parte dos alunos capazes de decodificar as informações provenientes dos estudos realizados no ambiente institucional, sem, no entanto, abarcar o contexto de vida da sociedade, bem como a individualidade do corpo discente e suas formas de pensar, agir e fazer.

Havia a predominância da concepção tradicional focada no ensino, a fim de incitar a formação de indivíduos que reproduzissem a maneira pela qual a classe dominante

visualizava e percebia a realidade social. Segundo Matuí (1995, p. 33), dizia-se que os "discentes das classes populares possuíam vocabulário pobre, não entendiam a aula e, consequentemente, não aprendiam".

Em contrapartida, nos primórdios do século XX, com os estudos focados na psicologia e pedagogia, alguns países estavam desenvolvendo pesquisas de como se procede a formação humana, mediante influências de cunho afetivo, biológico, social e psíquico. Cita-se o conceituado biólogo Jean Piaget, que elaborou teorias acerca do ser humano, como inteligência e aquisição de conhecimentos.

Nesta perspectiva, com a progressiva abertura política decorrente da ruptura da ditadura militar (1964-1985), período em que não havia liberdade para expressão de ideias e pensamentos, o cenário da educação nacional começava a gerar mudanças para novas e inovadoras práticas de ensino, como o acesso, equidade e permanência dos alunos nas escolas, sejam especiais ou não e formas diferenciadas de se repensar as ações docentes a partir da maneira pela qual o aluno é um sujeito provido de experiências anteriores ao ingresso na unidade pedagógica.

Reitera-se primorosamente as contribuições teóricas de grandes autores da pedagogia, os quais pesquisaram quais os percursos utilizados pelos alunos no processo da aprendizagem efetiva, tendo em vista que as experiências e aprendizagens são distintas e ao docente cabe promover atividades significativas que contemplem a fase na qual cada estudante está estritamente ligado, por causa dos saberes escolares que possui ou não atingiu, cognitivamente falando. Assim, o professor necessita ter a capacidade intelectual esteja associada à práxis e Freire colabora:

> A experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar "virgem" do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção. A formação docente que se julgue superior a essas "intrigas" não faz outra coisa senão trabalhar em favor dos obstáculos. (Freire, 2006, p.42).

Por conseguinte, houve implicações diretas na formação do professor nos cursos de nível superior, sejam para pensar nova postura ou para entender qual o estágio de desenvolvimento em que o educando está situado.

Em conformidade com Freire (1999, p. 37) podemos citar que muitos "docentes desconsideravam as necessidades cognitivas dos alunos, seja por desconhecimento na formação ou atendimento das novas demandas do aluno que chegaram à instituição de ensino".

Os estudos teóricos preconizavam que os conteúdos necessitavam se articular às diferentes formas de utilizar a linguagem humana para entender e interpretar a realidade.

Todavia, os preceitos e fundamentações da concepção sociocultural de Paulo Freire não englobaram eficazmente as prerrogativas de compreensão de grande parte dos educadores. Isto se deve à implantação desprovida de reflexão e debates a respeito das condições psicogenéticas do alunado, pois as realidades escolares eram adversas e as ações/atribuições docentes precisariam ser modificadas e repensadas.

Após a disseminação das propostas descritas anteriormente serem operacionalizadas, as formações pedagógicas começaram a salientar as diferentes vertentes da questão do processo ensino e aprendizagem, a fim de proporcionar o conhecimento das concepções vigentes que interferem diretamente no sucesso escolar do alunado. Pode-se frisar a visão tradicional (aluno desprovido de saberes e professor sabe tudo), visão comportamentalista (estímulo e resposta na ação educativa), visão humanista (o aluno é considerado a partir da sua totalidade – cabeça e corpo), e a concepção sociocultural (o aluno apreende o conceito por intermédio de pesquisas e reflexão sobre o objeto de estudo).

Com a menção de como se procede a ação pedagógica na sala de aula, como a abordagem teórico-prática, as intervenções pedagógicas se tornaram cada vez mais pontuais e as atividades que exigiam a cópia, muitas vezes sem a devida reflexão, deixaram de ser utilizadas cotidianamente, embora algumas escolas adotem a escrita mecânica e sem significado para o aluno.

Por isso, Freire corrobora que a aprendizagem proveniente da ação e reflexão constantes e permanentes ressalta a perspectiva de o aluno sobressair pensar acerca das situações dia a dia, com clareza e posicionamento crítico e:

> No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção começa a mudar, embora isto não signifique ainda a mudança da estrutura. É algo importante perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada; que não é algo intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela. (Freire, 2001, p. 46).

Na verdade, o docente que elabora estratégias e propõe métodos de ensino condizentes com a aprendizagem do educando, incentiva-o a descobrir caminhos que, sem a mediação do professor, não teria condições cognitivas para desenvolver a visão e percepção de mundo e desbravar e conhecer as suas características e especificidades.

Outro apontamento visível na expansão do ensino regular centra-se na quantidade de alunos em uma mesma sala, abrangendo um número elevado de estudantes por sala. Neste horizonte, com a ampliação das vagas por meio de marcos legais e outros incentivos, as instituições de ensino

passaram a contar com uma grande demanda de discentes matriculados nas modalidades educativas.

No bojo desta acepção, a tarefa de estudar necessita de um atrativo especial que está embutido na dedicação e no contexto de ler como um escritor, pois neste momento há uma prerrogativa de se entregar de forma contundente ao que se lê, a atenção meticulosa na construção sintática de cada palavra e a vivência constante sob a diversidade de portadores textuais e gêneros literários.

Entretanto, estar em contato com o mundo letrado não será suficiente para o aluno apropriar-se da cultura escrita, mas será fundamental aprender a ler e escrever. Segundo Piaget:

> A relação cognitiva sujeito/objeto é uma relação dialética porque se trata de processos de assimilação (por meio de esquemas de ação, conceitualizações ou teorizações, segundo os níveis) que procedem por aproximações sucessivas e através dos quais o objeto apresenta novos aspectos, características, propriedades, etc. que um sujeito também em modificação vai reconhecendo. Tal relação dialética é um produto da interação, através da ação, dos processos antagônicos (mas indissociáveis) de assimilação e acomodação. (Piaget, 1976, p. 67).

A consolidação da habilidade de ler e escrever é um processo de concatenação do exercício permanente da leitura e das diferentes relações cognitivas que se estabelecem a partir da decodificação e interpretação do signo linguístico e as informações que são armazenadas no cérebro a respeito do que está sendo lido e assimilado.

Indubitavelmente, esta é a função social das instituições de ensino: ensinar aqueles que mais precisam, por intermédio de programas, estratégias e métodos distintos de estudo.

Ademais, o processo de ensino e aprendizagem prioriza habilidades e competências que viabilizarão aos discentes selecionarem variados textos que se articularão à problemática que almejam compreender, como pesquisas, entretenimento e de cunho científico, a fim de se tornarem leitores competentes nos assuntos, fatos e conceitos pertinentes ao mundo contemporâneo. Para Quadros:

> O aprendizado da Língua Portuguesa pelos alunos surdos necessita que estes, antes da produção textual, tenham compreensão e, antes da escrita, pratiquem muitas leituras para ampliar seus horizontes e vocabulários. Perceber a necessidade e a importância da língua portuguesa pode ser o primeiro passo para o surdo iniciar sua aprendizagem neste idioma. (Quadros, 2006, p. 22).

Mesmo a instituição de ensino reconhecendo a acessibilidade de todos os alunos de diferentes religiões, idiossincrasias, origens sociais, salienta-se a preponderância dos educandos com necessidades educacionais especiais, deve-se valorizar as propostas pedagógicas acerca de leitura e escrita presentes nas aulas do dia a dia.

Neste horizonte, percebe-se que para os discentes precisam ser oportunizadas condições para que eles desenvolvam capacidades necessárias para a execução de uma atividade ou um pensamento crítico, da qual desencadeiem formas variadas de fazer, pensar, agir em consonância com os princípios da inclusão escolar, desde que a unidade pedagógica propicie situações em que a leitura faça parte da rotina diária.

Quanto a estas premissas, um item a ser relevado está norteado pelo que antecipa o ato de ler é a observação e aperfeiçoamento que não é decorrente de grandes produções literárias, mas, sobretudo da interiorização como resultado da leitura realizada, que influencia na escrita e na recriação subjetiva das ideias do leitor e escritor.

Sendo assim, a habilidade de avaliar o texto em suas especificidades e particularidades está focalizada na metacognição e envolve a capacidade que o discente possui para compreender o gênero textual a partir da consolidação da competência linguística condizente para interpretar determinado artigo, poema e/ou resumo.

Com este foco, pode-se reiterar que essas estratégias são resultado do desenvolvimento paulatino da metacognição, com interferência da maturidade, do comportamento leitor que se pondera gradualmente quando se lê, principalmente nos alunos que leem com assiduidade e da compreensão do que está lido.

4. TEORIA E PRÁTICA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL PARA A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE HUMANA?

Este tópico manterá as discussões a respeito da ação educativa pautada no processo de articulação entre teoria e prática pedagógica, favorecendo o fortalecimento do indivíduo leitor e com vistas a abranger em especial o aluno com surdez, que ingressa na escola a fim de possuir o mesmo grau de qualificação em relação aos outros educandos, levando-se em consideração as suas limitações e possibilidades no tocante à memória auditiva.

Neste enfoque, frisa-se anteriormente a respeito da imprescindibilidade da ação pedagógica comprometida com o aluno como sujeito da sua própria história de vida para a aprendizagem escolar dos estudantes e também a incumbência docente para estabelecer as avaliações permanentes e critérios utilizados para contemplar os princípios de educação inclusiva.

Adiante, constata-se que algumas instituições de ensino do país estão se adaptando aos preceitos de uma sociedade livre, equânime e democrática e vêm oportunizando o

acesso escolar dos alunos com deficiência incluídos nas matrículas efetivas dos últimos anos letivos, até porque a educação é um direito público subjetivo.

Com esta prerrogativa, ainda assim, apesar das dificuldades, os alunos com surdez podem se matricular nas instituições de ensino. Claro que alguns assuntos pertinentes como a formação docente do ensino superior e infraestrutura escolar poderiam ser priorizados, mas muitos estudos estão sendo formulados para analisar o acesso e permanência do surdo nas universidades.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (2001, p. 17) tendo em vista o aluno com surdez, "as proposições enaltecidas por intermédio das inferências desencadeiam situações nas quais se promovem o desenvolvimento da imaginação e criatividade".

O processo de desenvolvimento do aluno com surdez nas instituições de ensino pode ser favorecido caso sejam empregados pela escola estímulos precoces inerentes às habilidades cognitivas de estruturação do pensamento, haja vista a possibilidade de recursos para que o processo de aquisição de conhecimento seja maior do que as limitações auditivas ou linguísticas. Podemos apontar também que:

> Quando se insere um interprete de Língua de Sinais na sala de aula abre-se a possibilidade de o aluno surdo poder receber a informação escolar em sinais, através de uma pessoa com competência nesta língua [...] Com a presença do interprete de Línguas de Sinais em sala de aula, o professor ouvinte pode ministrar suas aulas sem preocupar-se em como passar esta ou aquela informação em sinais, atuando normalmente na língua que tem domínio. (Lacerda, 2001, p. 04)

Em conformidade com as teorias psicopedagógicas para o desenvolvimento integral dos discentes com ou sem deficiência auditiva durante as aulas de leitura com base nas temáticas comuns a cada realidade escolar, pode-se ensejar práticas que valorizem a elaboração de perguntas com o auxílio de um intérprete de LIBRAS.

Por este viés, Freire (2006, p. 25) estipula que a prática coerente deve balizar o trabalho docente é a "questão da coerência entre a opção proclamada e a prática é uma das exigências que educadores críticos fazem a si mesmos. É que sabem muito bem que não é o discurso que ajuíza a prática, mas ela que ajuíza o discurso". Porém, é necessário saber quais as perguntas importantes a serem questionadas e abordadas, quais as informações que o docente do ensino regular enfocado deixa implícitas e/ou explícitas e quais os saberes dos signos linguísticos estão internalizados pelos alunos sobre o tema, com vistas a diferenciar o foco da pesquisa para o educando com surdez.

Assim, de acordo com Matuí (1995, p. 67), por meio de abordagens constituídas de "estudos e pesquisas nos campos da pedagogia, psicologia e neurologia, existe o balizamento das prerrogativas teóricas que propõem a leitura enquanto método de trabalho educativo" que perpasse todas as disciplinas curriculares e áreas do conhecimento visto o seu potencial de articulação entre diferentes culturas, percepções, ideologias e formas de se conceber a realidade.

Com este indício, a crescente preocupação em adotar os meios efetivos para incluir a leitura nos conteúdos curriculares específicos como recurso para ampliar e aperfeiçoar o desempenho dos alunos com e sem deficiência, em especial o caso especial do aluno com surdez, objetivo principal deste trabalho científico, têm instigado a mobilização das instituições educacionais para a concretização dos ideais de leiturização para todos os educandos.

A capacidade dos educandos com deficiência auditiva deve ser fortalecida e as escolas necessitam formular as ações eficazes para o respeito à diversidade humana e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial reiteram algumas proposições legais e pedagógicas, tendo em vista que:

> A vida humana ganha uma riqueza se é construída e experimentada tomando como referência o princípio da dignidade. Segundo esse princípio, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora do respeito de seus semelhantes e tem o direito a boas condições de vida e à oportunidade de realizar seus projetos. (DCN, 2001, p. 24).

Para que a acessibilidade seja efetiva é necessário observar e refletir sobre as dificuldades específicas de cada pessoa, transformando cada espaço de modo atender a qualidade de vida. O ponto dificultador que enfrentamos não é a ausência de leis. Sob o ponto de vista da validade, temos leis que seriam perfeitamente aplicáveis aos casos concretos, o grande problema é o da eficácia das normas existentes. A solução da maioria dos problemas enfrentados, passa por mudança do ponto de vista sociocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se explanar que tanto a educação quanto a sociedade necessitam e necessitarão permanentemente das contribuições teóricas das Ciências da Educação, pois tendo-a como parâmetro dos estudos específicos do papel do homem nas ações coletivas e individuais, é possível estabelecer metas a curto, médio e longo prazo para a atenuação de problemas sociais e culturais e ainda estudos de caráter científico na elucidação de questões que influenciam a formação das classes sociais, dividindo-as em mais ou menos capacitados, intelectual ou economicamente falando.

Uma aprendizagem baseada em uma aprendizagem significativa das ideias deixará marcas positivas na memória do educando, quando existisse um sentimento de competên-